



PROJETO DE LEI Nº: 012 de 30 de maio de 2019

“Dispõe sobre a alteração da Lei 1.220 de 09 de julho de 2007, no que menciona, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais, utilizando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 18 da Lei 1.220 de 09 de julho de 2007, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18 – No Município de bom Jardim de Minas há 01 Conselho tutelar como sendo órgão integrante da Administração Pública direta, composto de 05 (cinco) membros escolhidos pela população para o mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução mediante novos processos de escolha.”

Artigo 2º - O artigo 20 da Lei 1.220 de 09 de julho de 2007 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20 – O CMDCA estabelecerá, pelo menos, 06 (seis) meses anteriores ao pleito, mediante edital, os critérios para registro dos candidatos, a data e horário e os procedimentos referentes ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990 e na legislação local referente ao Conselho Tutelar”.

Artigo 3º - O § 1º do artigo 32 da Lei 1.220 de 09 de julho de 2007, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - Cada eleitor do município de Bom Jardim de Minas poderá votar em apenas 01 (um) candidato”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

CEP.: 37.310-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.684.217/0001-23

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Bom Jardim de Minas, 30 de maio de 2019


Sérgio Martins

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhora Vereadora

Encaminho a Vossas Excelências, o Projeto de Lei n.º/2019 que **Dispõe sobre a alteração da Lei 1.220 de 09 de julho de 2007, no que menciona, e dá outras providências**”.

A necessidade de encaminhamento do referido Projeto é para podermos adequar nossa legislação as alterações feitas no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como nas Resoluções do CONANDA.

Diante desse fato, propomos o presente projeto de lei solicitando as alterações nele contidas, tendo em vista que neste ano teremos eleições para nossos Conselheiros Tutelares.

Com essas considerações, esperando a aprovação por parte dos Senhores, apresento considerações de apreço.

Atenciosamente,

Sérgio Martins
Prefeito Municipal